

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.363 - RS (2019/0131932-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
RECORRIDO : ASSOCIACAO CULTURAL DE DIFUSAO COMUNITARIA DE
GENERAL CAMARA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, com amparo na alínea "a" da CF/1988, contra acórdão do TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 159):

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NOVA CONSULTA AO BACENJUD. INÉRCIA DO EXEQUENTE. ARQUIVAMENTO.

A teor do § 2º do art. 40 da LEF, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que sejam encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados.

A recorrente alega ofensa aos arts. 505, 507, 874 e 1.022 do CPC/2015 e 15 da Lei n. 6.830/1980.

Afirma que "se já havia decisão judicial que deferira o pedido de penhora *online* via BACENJUD e, mais que isso, dispôs expressamente que se inexitosa a medida, os autos seriam arquivados com fundamento no art. 40 da Lei 6.830/80, uma vez não realizada (até o momento) a pesquisa BACENJUD, não há falar em suspensão ou arquivamento do feito executivo" (e-STJ, fl. 198).

Sustenta que a ausência do valor atualizado do débito não constituiu óbice à consulta ao BacenJud, uma vez que o procedimento fora autorizado e, posteriormente, suspenso mediante *error in procedendo* - ausência de apresentação de débito - e não pelo fundamento previsto na ordem judicial, qual seja, pelo resultado negativo da tentativa de penhora *on-line*, que nem mesmo chegou a ser realizada.

Contrarrazões não apresentadas.

Parecer do Ministério Público Federal (e-STJ, fls. 215-220) pelo improvimento do recurso especial.

É o relatório.

Registro, de logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela

Superior Tribunal de Justiça

insurgente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE DEMANDADA.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida a sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15.

[...]

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.801.651/SE, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 26/9/2019)

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado ou para correção de erro material, não se verificando, no caso concreto, a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

2. Com efeito, negou-se provimento ao agravo interno, porquanto correta a decisão monocrática que aplicou o óbice da Súmula 182/STJ ao agravo em recurso especial.

3. Não se cogita a hipótese de omissão no julgamento do agravo interno, pois a impugnação tardia dos fundamentos do juízo negativo de admissibilidade do recurso especial, além de configurar imprópria inovação recursal, esbarra no obstáculo da preclusão consumativa.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1.243.667/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 26/9/2019)

Ademais, o posicionamento adotado pelo Tribunal de origem coaduna-se com a jurisprudência pacificada no Superior Tribunal de Justiça de que, no caso de não serem localizados bens penhoráveis, suspende-se a execução fiscal por 1 ano.

Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. RECLAMAÇÃO.

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DIANTE DA AUSÊNCIA DE IMPULSO. MATÉRIA ABORDADA DIFERENTE DA TRATADA NO RECURSO ESPECIAL PARADIGMA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual ficará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente".

[...]

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt na Rcl 37.213/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/8/2019, DJe 23/8/2019)

Por fim, a Corte *a quo* afirmou que o exequente, sendo intimado para apresentação do valor atualizado do débito, para fins de consulta ao sistema BacenJud, não o fez, obstando a consulta ao sistema. Assim, reverter tal entendimento ensejaria reexame de matéria fático-probatória, atraindo, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE PENHORA GENÉRICO. ESGOTAMENTO. DILIGÊNCIAS. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE.

1. Esta Corte de Justiça vem entendendo que, quanto à indisponibilidade universal de bens, ou seja, a constrição de todos os bens do devedor, "deve tal medida ser deferida com cuidadosa cautela, após o exequente ter demonstrado que foram frustradas as diligências possíveis a fim de encontrar outros bens do executado.

Nesse passo, a Corte local afirmou que a exequente não demonstrou, como lhe competia, a adoção das diligências para localização de bens do devedor" (AgRg no REsp 1.376.757/PE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 14/2/2019).

2. A revisão das premissas do aresto impugnado esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1.817.868/PE, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/8/2019, DJe 8/8/2019)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ELETRÔNICA. SISTEMA BACENJUD. PEDIDO DE REITERAÇÃO. POSSIBILIDADE, DESDE QUE OBSERVADO O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA, NO CASO, DE MOTIVAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

IDÔNEA DA EXEQUENTE. PROVIDÊNCIA INDEFERIDA A PARTIR DA ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA AUTARQUIA FEDERAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. Este Tribunal Superior já se manifestou no sentido de que a reiteração, ao juízo, das diligências relacionadas à localização de bens pelo sistema Bacen-Jud depende de motivação expressa da exequente, sob pena de onerar o juízo com providências que cabem ao autor da demanda (AgRg no REsp. 1.254.129/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 9.2.2012).

3. Verifica-se que o exequente não trouxe qualquer fato novo que justificasse o deferimento da constringção requerida. Ademais, a reversão da conclusão alcançada na instância ordinária não se revela possível em sede de Recurso Especial, dada a necessidade do revolvimento de fatos e provas, circunstância objetada pelo Enunciado 7 da Súmula de jurisprudência desta Corte.

4. Agravo Regimental da Autarquia Federal a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1.511.575/SC, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/2/2019, REPDJe 26/2/2019, DJe 25/2/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator